



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O GOLPE DE 64.
AS INICIATIVAS DOS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR DISSOLVIDAS
PELO REGIME MILITAR.

WALDEISE SANTOS BATISTA

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2017

WALDEISE SANTOS BATISTA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O GOLPE DE 64.
AS INICIATIVAS DOS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR DISSOLVIDAS PELO
REGIME MILITAR.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso História da Universidade Federal de
Sergipe, para obtenção do grau de Licenciatura
em História.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2017

RESUMO

Este artigo mostra movimentos educacionais que aconteceram no Brasil durante a década de 60 especialmente, e que foram dissolvidos pela ditadura militar. São eles: O MCP (movimento de cultura popular), de onde surge Paulo Freire e o Plano Nacional de Alfabetização e a Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler. Analisou-se ações políticas que, no decorrer da história tentaram desenvolver o que hoje chamamos de EJA. Tem por objetivo apontar como esses programas surgiram, suas metodologias para sanar o analfabetismo e o porquê terem sido extintos pelos militares e substituídos pelo MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Compreendendo de que forma a configuração política consolidada após o golpe militar foi capaz de modificar processos em curso na sociedade brasileira, adaptando as demandas desses movimentos a suas estruturas próprias.

Palavras- chave: Movimentos educacionais; Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos, Golpe.

ABSTRACT

This article shows educational movements that occurred in Brazil during the 1960s especially, and that were dissolved by the military dictatorship. They are: The MCP (popular culture movement), from which Paulo Freire and the National Literacy Plan and the Foot in the Ground Campaign also learn to read. Political actions that throughout history have tried to develop the Which we now call EJA. It aims to show how these programs have emerged, their methodologies for curing illiteracy, and why they were extinguished by the military and replaced by MOBREAL (Brazilian Literacy Movement). Understanding how the political configuration consolidated after the military coup was able to modify ongoing processes in Brazilian society, adapting the demands of these movements to their own structures.

Keywords: Educational Movements; Literacy; You and Adult Education; Coup.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL	05
3	OS MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR	07
4	MÉTODO PAULO FREIRE	12
5	A DITADURA E O GOLPE NA EDUCAÇÃO	13
6	O MOBRAL	15
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1. INTRODUÇÃO

O Parecer nº 11/00 do CNE diz:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.

A educação de jovens e adultos no Brasil requer discussão sobre questões importantes para um melhor entendimento de como essa modalidade vem se constituindo na atualidade. E para que isso ocorra é necessário um breve histórico sobre o processo educacional desde os primórdios, como prática social através de instituições formais ou não

Feito um balanço histórico que começa desde o período em que os jesuítas chegaram ao Brasil, a educação de jovens e adultos passou por momentos mais significativos, e é nesse contexto que vem se mostrando como uma educação de lutas e resistências, principalmente nos anos 1960. Período foco desta pesquisa.

Este trabalho tem como objetivo chamar a atenção sobre a EJA e as dimensões educacionais que operaram ao longo dos primeiros anos da ditadura. Ou seja, foram pesquisadas ações, iniciativas e objetivos de dois dos principais movimentos de Educação populares dissolvidas pelo regime militar. Quais são eles: O MCP (movimento de cultura popular) e a campanha: De pé no Chão também se aprende a Ler. Assim, apresento um levantamento historiográfico sobre esses movimentos que permearam a década de 1960, enfatizando os motivos de extinção de ambos.

È feita também a abordagem das ideias de Paulo Freire e porque foram dissolvidos pelo golpe. Feito isso, explanar sobre o Mobral, que foi um movimento implantado pelo governo após o golpe. Segundo Romanelli (2000, p. 109), a educação passa a ser vista por dois ângulos que atendem a interesses diferenciados de acordo com as camadas sociais em fase de polarização. Conforme argumenta a autora, a mudança significa um risco para as camadas dirigentes, uma crescente ameaça à sua estabilidade, portanto é preciso manter a opção por uma educação conservadora e centralizada.

Assim, inicialmente farei um breve histórico da EJA no Brasil, começando na colonização portuguesa, pois estudando a história da EJA, vê-se as mudanças que vêm ocorrendo nas leis, referentes a essa modalidade.

Seguindo, abordarei movimentos educacionais brasileiros, com foco principal em dois desses movimentos, os quais foram citados anteriormente.

Dando continuidade, tratarei sobre as ideias de Paulo Freire, considerando a importância de sua perspectiva, em que pese à educação como instrumento de mudança social. Sob essa perspectiva abordo que para Freire, a educação deve visar sempre à libertação, à transformação da realidade.

Depois, será considerado os anos 60, o que corresponde a ditadura militar e os agravantes na questão da educação. Pois, 1964, com o golpe, todos os movimentos de alfabetização que se acoplavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos, sendo implantado o MOBREAL.

Continuando, será abordado o Mobreal que foi o movimento educacional posto em prática pelo governo após abafar os anteriores. Este movimento foi uma iniciativa pensada e elaborada pelo regime militar vigente no Brasil, com a finalidade de defender seus próprios interesses, enquanto classe dominante.

De acordo como que foi exposto, o presente trabalho tem a pretensão de abordar todas essas questões, levando a discussão mais uma façanha do golpe militar. E conscientizar de que a educação é um instrumento de inclusão social, que significa mudanças na vida de todas as pessoas, independentemente da idade ou classe social. Conhecimento pode não resolver todos os problemas sociais, mas é o meio pelo qual a pessoa pode reescrever sua própria história.

2. BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Antes de tratar especificamente sobre os movimentos educacionais que é o objetivo principal deste trabalho, alguns fatos da história da educação de adultos precisam ser pontuados, partindo de onde tudo começou, como forma de entender o processo educacional no Brasil.

Segundo Soares e Galvão (2004) “a educação de adultos existe desde o período colonial. A questão com os adultos não escolarizados já vem de longa data e se remete ao início da colonização portuguesa no Brasil, quando os índios, os principais habitantes do Brasil eram ensinados, muito mais para à conversão da fé católica do que para outros tipos de conhecimentos, e mais a frente os escravos negros com certos interesses, como o ensinamento da língua para que seguissem as ordens ligadas ao trabalho que estavam desempenhando para os colonizadores”.

As crianças eram prioridades nesse processo doutrinador, devido ao fato de se acreditar ser uma nova geração católica, agentes multiplicadores da fé cristã. Os adultos, por sua vez, já estavam “corrompidos”, porém não impediu a catequização de muitos destes. Já as mulheres, não há indício nesse período de terem recebido educação pelos Jesuítas, continuavam sem escolarização e sem participação na sociedade colonial e imperial.

Com a vinda da família real para o Brasil, foram criados cursos superiores que objetivavam atender aos interesses da monarquia. Com esses cursos, o império desejava exclusivamente oferecer instrução, educação e formação para a sua corte. Nesse mesmo período, é promulgada a primeira lei geral de educação do País, que objetivava "construir um sistema nacional de educação escolar composto por escolas elementares, secundárias e superiores" (NEVES, 2003, p. 15).

Em contrapartida, a elite não tinha interesse na educação popular, não era viável fornecer instrução a população, uma vez que, a economia era voltada para a produção agrária que tinha como mão-de-obra a escrava. Devido a esse descaso na educação de adultos, no período, houve um grande numero de analfabetos.

Segundo Neves (2003) “em 1840 surge o ensino de adultos através de cursos de ensino profissional oferecido pelo Arsenal de Guerra do Recife. Posteriormente, em meados de 1869, com o objetivo de apressar o processo de alfabetização, foram criadas escolas noturnas, depois também com funcionamento aos domingos e no período do verão. Eram as escolas temporárias e ambulantes”.

No período republicano, a educação como um todo, não obteve avanços, continuando estagnada e aumentando de forma significativa o número de pessoas não escolarizadas. Paiva (1987, p. 89) afirma, que, “a partir da Primeira Guerra Mundial, o problema da educação ganha lugar de destaque nos discursos de políticos e intelectuais, que qualificavam o analfabetismo como vergonha nacional e acreditavam que a alfabetização, o poder de elevação moral e

intelectual do país, de regeneração da massa dos pobres brancos e negros libertos e de iluminação do povo e disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas”.

Nesse sentido, através do Decreto 19.850 de 11 de abril de 1931 organiza-se o Conselho Nacional de Educação, juntamente com a constituição de 1934, iniciando uma campanha para a erradicação do analfabetismo, surgindo nesse cenário os primeiros “profissionais da educação”, como: Sampaio Dória (1923), Lourenço Filho (1949), Carneiro Leão (1926) e Anísio Teixeira (1924). Estes procuraram iniciativas de ampliar as condições de educação, solicitando o aumento de escolas e melhorias na qualidade do ensino. É nesse período que o supletivo surge com grande força. Porém, os reais problemas existentes no Brasil, ainda eram mencionados com cautela, deixando as questões sociais e diferenças de classes, em outro plano.

Nesse período surgem também preocupações com uma escola inovada e com qualidade de ensino, pois perceberam a insuficiência pedagógica diante da exigência do mundo moderno e capitalista. Mas, mesmo diante deste quadro, estes processos educacionais ainda excluía a grande massa popular, ou seja, mais da metade da população brasileira era analfabeta, o que a mantinha excluída da vida política.

Nos anos 1945 a 1947 desencadeiam-se as campanhas de educação de jovens e adultos, com o intuito de aumentar as bases eleitorais, eis aqui a motivação para investir nas campanhas alfabetizadoras. Com objetivos diferentes e camuflados deram início e continuidade a inúmeros projetos para erradicar o analfabetismo.

3. OS MOVIMENTOS DE CULTURA POPULAR

Entre 1930 a 1960, aconteceu no Brasil uma série de acontecimentos políticos. A revolução de 30, a implantação do Estado Novo, a queda de Getúlio Vargas e seu suicídio, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a posse de João Goulart e em seguida sua queda em 64. É nesse cenário tumultuoso que surge a educação popular e a educação de adultos no Brasil.

Com o fim do Estado Novo, apontaram mudanças políticas e econômicas. No caso da educação, dos muitos debates e confrontos da época, desencadeou na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases). A também recém-fundada Organização das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura (UNESCO) faz campanha ao desenvolvimento da Educação de Adultos (EDA). É deste período que se estabelecem condições para o desenvolvimento de programas independentes para educação da pessoa adulta. Começa uma campanha nacional popular, em prol da Educação de Adultos, pois era urgente integrar a população na busca de paz e democracia e também é primordial aumentar a quantidade de eleitores para a sustentação do governo central.

Nesse contexto, surgem novas condições para a criação cultural brasileira. Novos grupos culturais se acoplam a essa ideia de cultura popular, ganhando aliados de vários segmentos da sociedade e a educação acontecia pela cultura popular. Crescia a ideia de uma ação educativa que partia da realidade vivida pela população, e de posse desse conhecimento, a educação precisava ser voltada para conceder às armas necessárias para a conscientização da sociedade, e assim, a transformação da mesma.

Em relação à educação colocando o homem como agente de sua história e não mais como artefato imóvel e passível, vale registrar movimentos educacionais nos períodos que compreendem os anos 40 – 60. De acordo com Paiva (1987, p. 125), “que a partir dos anos 30, advieram mobilizações precursoras em torno da temática da educação de adultos, como a experiência do Distrito Federal (1933-1935), onde a educação de forma inovadora surge como instrumento questionador e de ação política contra a ordem vigente”.

O movimento popular não gera um movimento cultural qualquer. Gera precisamente, um movimento de cultura popular. Os interesses culturais do movimento popular têm, portanto, um caráter específico: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular. (CUNHA, GOES, 1999, p.19).

Entre os principais movimentos implantados no Nordeste entre os anos 60 e 64, destaca-se o Movimento de Cultura Popular (MCP). Foi um movimento constituído em maio de 1960 em Recife por estudantes, intelectuais, artistas em parceria com a prefeitura, criando assim um ensino municipal na gestão de Miguel Arraes. Tinha como objetivo: ”a) promover e incentivar, com a ajuda de particulares e do poder público, a educação de crianças e adultos. b) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que a assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo; c) proporcionar a elevação do nível cultural do

povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; d) colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular”. (CUNHA, GÓES, 1999, p.17)

Assim, o MCP tinha o intuito basicamente na formação de consciência política nas massas populares, preparando-as para participação na vida do país, ou seja, elevar o nível cultural dos instruídos para despertá-los para a luta social. Educar, essa foi a palavra de ordem do MCP. Educar pela rádio, cinema, imprensa, pelas artes plásticas, pelo teatro, música. Meios informais de educação. Na prática, esse movimento educacional criou “praças de cultura”, onde eram feitas apresentações de grupos artísticos, oficinas e cursos de arte, edições de livros, cartilhas, etc.

Em setembro de 1961 a fevereiro de 1964, foi realizado um trabalho através do rádio, onde eram transmitidos programas de alfabetização. Esses núcleos de cultura, e essas formas de levar educação às pessoas, tinham por finalidade despertar a comunidade para seus problemas.

O trabalho de alfabetização e educação tinha à frente o jovem educador Paulo Freire, que foi um dos sócio fundadores do movimento. Também integraram o MCP, intelectuais e artistas como Francisco Brennand, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, José Cláudio, Aloísio Falcão e Luiz Mendonça e tinha como sede, o Sítio de Trindade, na estrada de Arraial.

O MCP se dividiu em três organizações: o DFC (Formação e Cultura), o DDI (Documentação e Informação) e o DDC (Difusão da Cultura), este teve um crescimento em maior proporção. Até 1962 foram concretizados 201 escolas com 626 turmas, 19.646 alunos, rede de escolas radiofônicas, um centro de artes plásticas e artesanato, 452 professores e 174 monitores, ministrando o ensino que correspondia ao 1º grau, supletivo e educação de base artística, escola para motoristas e mecânicos, centro de cultura, galeria de arte, conjunto teatral, cinco praças de cultura, estas praças levavam ao local: biblioteca, teatro, cinema, tele clube; música, orientação pedagógica, jogos infantis, educação física, etc. Forças de direita tentaram abafar o movimento, havendo resistência e mobilizações em sua defesa. Mas, não houve resultado positivo para esses movimentos. E estes, foram extintos pelos militares em 1964. O MCP marcou a história da educação brasileira, revelando com a contribuição inestimável de Freire, a pedagogia do oprimido e a educação como prática libertadora.

Assim como o MCP, outro grande e importante movimento de cultura popular foi desenvolvido, dessa vez diretamente pela Secretaria Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte,

na administração do Prefeito Djalma Maranhão, sob a denominação de “A Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler”. Começava em Natal, a guerra ao analfabetismo. O nome do movimento se deu devido a uma reportagem da imprensa quando o jornalista Expedito Silva informava sobre um movimento de cultura popular que nascia em Natal. O jornalista dizia que até “de pé no chão se aprende a ler”, querendo dizer que a partir daquele momento educação não é mais privilégio de um pequeno grupo.

Esse movimento estava organizado em comitês populares ou comitês de rua, por isso foi resultante de compromissos eleitorais que objetivava inserir crianças, jovens e adultos excluídos do processo regular de ensino. Pensada e desenvolvida dentro de uma educação popular.

Foram organizados 160 comitês, onde eram debatidos os problemas urgentes a respeito da população e suas possíveis soluções. A partir dessas convenções municipais que surgem a “escola para todos” e a “erradicação do analfabetismo” como prioridades.

O atual e reeleito prefeito Djalma Maranhão seguiu com as emendas da gestão passada. Nesse período, havia 271 escolinhas, porém não estavam sendo suficientes para sanar os problemas de analfabetismo e miséria de regiões periféricas, pois a abertura de escolas não dependia apenas da prefeitura, mas também da comunidade.

A atual gestão municipal não possuía recursos para a construção de mais escolas. Questão discutida com o Comitê Nacionalista do Bairro das Roças, onde fica decidido que se não havia dinheiro para construir escolas de alvenaria, que fossem construídas escola de palha, mas as escolas precisavam ser feitas e funcionar.

Assim, nasce o Acampamento Escolar das Roças, que eram aulas em locais cobertos com palha de coqueiros e chão batido. Um Acampamento compunha-se de vários galpões de 30 m x 8 m, divididos em quatro partes (classes), com pranchas de madeira que serviam como quadro e como mural e funcionava em três turnos. Nas dependências desses Acampamentos existiam aviários e hortas que serviam na produção de merenda escolar para crianças que estudavam durante o dia.

No período noturno haviam turmas destinadas à alfabetização de adultos, geralmente eram os pais das crianças que utilizavam o espaço durante o dia. Em 1961, construíram-se dois acampamentos e em 1962, mais nove, atingindo assim, toda a periferia da cidade.

A Campanha Pé no Chão também se aprende a ler, assim como o MCP, tinha uma preocupação em acoplar a alfabetização com práticas culturais. Estamos entendendo como

práticas culturais “[...] como o todo de uma representação na religião, na música, nas manifestações tradicionais e artísticas, nas festas, bem como os momentos em que essas práticas se vinculem, como compromisso ou conflito em um contexto social.” (PINHEIRO, 2011, p.124).

A alfabetização, englobando toda uma obra de cultura popular, deve objetivar a integração do indivíduo a sua comunidade, dando oportunidades de viver a cultura de seu povo.

Assim, começou uma série de outros projetos: praças de cultura, centro de formação de professores que deu espaço a Campanha De Pé No chão Também Se Aprende Uma Profissão com base no Método Paulo Freire, a Escola Brasileira Construída Com Dinheiro Brasileiro, este projeto representou a primeira ajuda do Governo Federal, na pessoa do Ministro Paulo de Tarso, que tornou possível a construção de pequenas salas de aula de alvenaria, somando aos acampamentos.

A “Pé no chão” agora necessitava qualificar os docentes. Foi criado o Centro de Formação de Professores, em 1962. A criação desse centro foi de suma importância por incluir discussões sobre a cultura popular e sobre o livro de leitura para adulto. Além disso, o Centro de Formação de Professores promoveu, em 1963, o 1º congresso de Cultura Popular, que contou com a participação de representantes de vários estados do Nordeste.

A criatividade se manifestou no esquema de acompanhamento do desempenho profissional desses docentes: 20 monitores trabalhavam sob a orientação/supervisão de um docente diplomado por Escola Normal ou Faculdade de Filosofia. Aliou-se, então, o pensamento acadêmico à prática popular, isto é, somou-se a técnica dos docentes diplomados à criatividade dos monitores, estes verdadeiros “doutores” em superar dificuldades sociais. (...) o conhecimento passou a ser construído como resultante de duas vertentes, a acadêmica e a popular, e cada nascente oferecia uma contribuição valiosa para o processo de educação. (CUNHA, GÓES, 1999, p. 27)

No início de 1963, “De Pé No Chão” passou a produzir seu material, “unidades de trabalho”. A supervisora se reunia com monitores semanalmente para discutir o conteúdo das aulas. Ainda segundo os autores (CUNHA, GÓES, 1999, P. 26), “De Pé No Chão, instigou o pensar por si próprio, o não confundir escola com prédio escolar e desmentiu na prática a teoria da classe dominante que se considerava a única responsável, detentora e doadora de cultura, conteúdos e métodos de educar. Provou também a capacidade das classes subordinadas para propor e executar uma política e uma prática de educação”.

Assim como o MCP, a Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler e outros movimentos do período, foram abafados pelo golpe militar. Muitos militantes e coordenadores desses projetos foram presos e perseguidos. Os trabalhos foram interrompidos e os locais de funcionamento do combate ao analfabetismo fechados. Para os ditadores, a educação não poderia ter ligação com a política e muito menos coordenada por grupos que incentivavam a população a pensar por si próprio e questionar o que lhes são impostos. Ou seja, o método de educação usado por estes movimentos populares não se encaixavam no modelo educacional do regime militar.

4. MÉTODO PAULO FREIRE

A expressão “Método Paulo Freire” foi utilizada como metodologia resultante de um contexto sociopolítico de uma época histórica. A história da pedagogia brasileira não consegue desvincular desse método, está intimamente ligada a sua presença transformadora. Esse método é uma proposta de alfabetização desenvolvida por Paulo Freire que foge dos padrões tradicionais.

Ele consolidou um dos paradigmas mais conhecidos da pedagogia contemporânea que objetivava romper com a educação feita para elites, dando sua contribuição para a formação de uma sociedade democrática ao se fazer uma educação para todos e libertadora. Sua proposta baseava-se na aprendizagem através do meio em que os educandos vivem, dentro de seu universo vocabular.

Tomando consciência do mundo, através de análises sociais, inspirando o aluno a superar sua visão acrítica e obtendo uma postura conscientizada, ou seja, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989. p.09).

Freire diz ter desenvolvido esse projeto quando era diretor do departamento de extensões culturais da Universidade de Recife. Mas, seu método só foi aplicado publicamente no Movimento de Cultura Popular (MCP), onde foi considerado uma das mais importantes formas de aprendizagem utilizadas pelos jovens Católicos Radicais.

O Método Paulo Freire, surgiu no centro Dona Olegária, na periferia de Recife. Esse centro foi organizado com a colaboração da Paróquia de Casa Forte, que cedeu sua casa para

instalações. Em dois meses, com aproximadamente trinta horas, um dos 5 alunos participantes já lia frases relativamente difíceis.

Então, baseado nessa experiência, surgem outros centros de cultura orientados pelas ideias de Paulo Freire. Como o exemplo de Angicos, no Rio Grande do Norte, onde formou um grupo de trabalhadores rurais para testar esse método. Depois, seguindo para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília obtendo bastante êxito, alfabetizando 300 trabalhadores em 45 dias. Então, o atual presidente João Goulart, convidou Paulo Freire para participar do Plano Nacional de Educação. Esse plano objetivava alfabetizar 2 milhões de pessoas em 20.000 círculos de cultura em 1964.

A Alfabetização no Sistema Paulo Freire é uma consequência da conscientização. Uma vez introduzido no “circulo de cultura” e iniciado nas atividades pela discussão do que é cultura e mais adiante dialogando a respeito de problemas vitais e sociais, sente-se o analfabeto, além de profundamente motivado, desinibido, inclusive pela dimensão nova que adquire de ser capaz de criar. Torna-se autoconfiante e comporta-se já diferentemente. (FÁVERO, p.168-1983).

Não houve tempo para o funcionamento desse plano de educação, pois devido ao golpe de estado do Brasil ocorrido em abril de 1964, toda essa mobilização social foi reprimida e Paulo Freire foi preso e depois exilado. A Campanha Nacional de Alfabetização idealizada e sob a direção de Freire foi “transformada em perigosa e subversiva. E em tempo de baioneta a cartilha que se cale”(BRANDÃO,p19-1985)

5. A DITADURA E GOLPE NA EDUCAÇÃO

No dia 1º de abril de 1964 o Brasil mergulha em uma nova fase da sua história. Durante 21 anos o país viveu um regime político militar que marcou seu povo e suas instituições. Foi o período em que os militares governaram o Brasil, baseando-se na falta de democracia, repressão, falta de direitos constitucionais, perseguição política aos que se mostravam contrários a essa forma política. Um dos momentos mais negros da história brasileira.

Fazendo uma análise é notório perceber que a crise política acontecia desde 1961 quando João Goulart assumiu a presidência, devido à renúncia de Jânio Quadros. Segundo Delgado e Ferreira (2007, p 362), “o plebiscito de 06 de janeiro de 1963, para a escolha da forma de governo, foi na verdade sua eleição para presidente da República e seu prestígio era imenso.”

È um momento de significativa mobilização social para formar as bases políticas e econômicas brasileiras, de modo a construir e garantir a consolidação dos direitos da população desfavorecida.

Assim, devido a esse prestígio do atual governo, os setores radicais da sociedade da época, como estudantes, organizações populares ganham espaço, causando desconforto com as classes mais conservadoras, como a igreja católica e os militares, por exemplo.

È perceptível que o conjunto de ações desenvolvidas por João Goulart desfavorecia os interesses dos grandes proprietários, das classes médias. Eles temiam que o Brasil fosse tomado pela onda socialista, que assolava o mundo devido a Guerra Fria. Vários partidos de oposição acusavam o governo de ser responsável pela carestia e falta de abastecimento que o Brasil se encontrava. Com isso o clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia.

Na tentativa de modificar essa realidade de crise política, social, econômica e educacional, os Movimentos de Educação Popular e principalmente o Método Paulo Freire desde o final de 50 ao início de 60, colocam-se em guerra contra o Analfabetismo. Mostrando que este, e o empobrecimento da população são oriundos dessa crise e não a causa dela. Esses Movimentos Educacionais visavam à conscientização dos populares através da educação e cultura, o próprio processo de alfabetizar adultos, como já foi colocado. “Uma das condições desta libertação é que o povo tenha consciência da dominação a que está submetido e das tarefas históricas que lhes são requeridas para liquidar esta dominação; por isso mesmo alfabetizar não pode ser distinto de conscientizar” (FÁVERO. p. 239 -1983). Iniciava-se uma nova fase na educação para adultos e em geral em toda educação no país.

Com o golpe militar de 1964, iniciado pelo presidente interino Ranieri Mazzili que empossou o Marechal Castelo Branco, foram encerradas, por meio da Portaria 237 do Ministério da Educação, de 14 de abril de 1964, todas as portarias implementadas durante o governo de João Goulart, o que representou a suspensão de verbas e o encerramento das políticas educacionais gestadas durante o antigo governo. Assim, os movimentos educacionais como: MCP, a Campanha de Pé no Chão e outros, foram violentamente reprimidos e fechados pela ditadura

poucos dias após o golpe, apreendendo materiais, prendendo e exilando os líderes. O Plano Nacional de Alfabetização também foi suspenso por meio do Decreto nº 53.886, em 14 de abril de 1964.

Retoma-se naquela época uma educação como modo de controle de pessoas. O governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967 que objetivava educar de forma funcional e continuada, onde procurava restabelecer a ideia de que as pessoas alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pelo subdesenvolvimento do país. Um dos slogans do Mobral era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável.” (STEPHANOU; BASTOS (orgs), 2005, p.270).

A estratégia dos militares na suspensão dos movimentos populares, não tem outra explicação a não ser a intenção de impedir cabeças pensantes. Uma educação pensada de cima para baixo, excluindo a construção de um senso crítico vindo do educando. A educação contrariando a visão do dominador seria uma afronta para o governo militar. Seria uma educação democrática, libertadora, despertando os cidadãos de seus reais direitos. Assim, torna-se impossível obter uma educação plena em um governo ditador.

6. MOBRAL

O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) surge dando uma continuidade as campanhas de alfabetização iniciadas em 1947 por Lorenço Filho, substituindo alguns movimentos populares que existiam e foram reprimidos pelo golpe militar.

A prática de alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação estava ligada ao processo de conscientização da população sobre sua realidade. Rompendo com essa questão, o Mobral surge com uma alfabetização que se restringe a um exercício mecânico de aprender a “desenhar o nome”. Ele não tinha um caráter crítico e problematizador, sua orientação e produção de materiais, era todo centralizado. Então, este programa criou analfabetos funcionais. Pessoas que muitas vezes aprenderam somente a assinar o nome.

Este movimento tinha como objetivo não só o fim do analfabetismo, como também tratava-se de um projeto de educação continuada, visando a grave situação do analfabetismo que assolava

o país. Ele foi criado através da Lei nº 5.379/67. Segundo (PAIVA 1987, p. 293) “esta lei atribuía ao Ministério da Educação a tarefa da alfabetização funcional e educação continuada dos adultos, como prioritária entre as demais atividades educativas, a ser realizada através da nova Fundação cuja presidência caberia ao diretor do DNE”. Ao MOBREAL incumbiria promover a educação dos adultos analfabetos financiando 1/3 do seu custo, cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada, financiar e orientar tecnicamente cursos de 9 meses para analfabetos entre 15 e 30 anos, com prioridade oferecida aos municípios com maiores possibilidades de desenvolvimento socioeconômico.

Embora esse movimento utilizasse uma série de procedimentos semelhantes ao que Paulo Freire usou, como as “palavras geradoras”, era totalmente esvaziado de sentimentos críticos. No que diz respeito aos materiais, no Mobral, havia uma padronização utilizado em todo território nacional, sem diferenciar a linguagem e as necessidades do povo de cada região.

Dentro do Mobral, existiam outros programas: Programa de Alfabetização Funcional, Programa de Educação Integrada, Programa MOBREAL Cultural e Programa de Profissionalização. Esses projetos priorizaram o modelo político-econômico do Regime Militar, em que não tinha interesse em melhorar a situação da classe popular. Sendo assim, os problemas em que o país se encontrava naquela época não era apenas de caráter educacional, mas principalmente político.

Para entender um pouco mais do Mobral, analisa-se a letra da música de Herbert Vianna (1992):

Mobral

Do que adiantam?

Placas. Bulas, instruções...

Do que adiantam?

Letras impressas das canções...

Do que adiantam?

Gestos educados, convenções...

Do que adiantam?

Emendas, constituições

Se o teto da escola caiu

Se a parede da escola sumiu
Sem dente o professor sorriu
Calado recebeu dez mil
E depois assistiu na Tevê
Em cadeia para todo Brasil
O projeto, a tal salvação
Prestou atenção e no entanto não viu
A merenda, que é só o que atrai
A cadeia para qual o rico vai
Despachantes, guichês, hospitais
E os letreiros de frente pra trás
Aos olhos de quem
Só aprendeu o bê-á-bá
Pra tirar carteira de trabalho
E não entendeu Zé Ramalho cantar
Vida de gado
Povo marcado
Povo feliz

A partir de 1980 o MOBRAL, como vários programas de alfabetização havia ficado sem créditos nos meios políticos e educacionais. Logo foi perdendo suas características de conservadorismo e de assistencialismo, principalmente porque os resultados esperados não haviam sido alcançados. Até ser extinto em 1985, sem erradicar o analfabetismo. E como foi ilustrado na música acima, no trecho que diz: “só aprendeu o bê-a-bá”, ou seja, a população não apresentava condições de participar de atividades de leitura e escrita no contexto social em que vivem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto na história da EJA, essa modalidade sempre esteve vinculada a interesses políticos e econômicos desde os primórdios. Observamos também, que o ensino de adultos era similar ao da criança, e isso só foi mudado quando surge o trabalho de Paulo Freire e os Movimentos de Educação, pois estes consideravam a experiência de vida dos educandos e os respeitavam como sujeitos de sua aprendizagem. Mas, essas ideias foram derrubadas com o golpe militar de 1964 e substituídos pelo MOBRAL, que de certa forma, continuava tratando os adultos como crianças, sem uma metodologia apropriada para esse educando.

Esses Movimentos Educacionais como MCP e o De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler, fizeram história no Brasil. Eles tinham o intuito de fazer com que o sujeito não apenas aprendesse a ler decodificando, mas que fosse muito além e através da leitura de mundo em suas mais variadas formas: teatro, cinema, música, etc, esse sujeito fosse levado a tomar posições e situar-se historicamente, de forma crítica e atuante. Os movimentos instigavam e usavam a arte para conscientizar através dela. Dessa forma, socializava a cultura para emancipar o sujeito.

O analfabeto aprende criticamente a necessidade de aprender a ler e escrever. Prepara-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação. Implica não em uma memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial... (FREIRE, 1983, p.71)

Percebemos com este trabalho que um dos problemas ocorridos com os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos é a falta de continuidade, por questões políticas, principalmente. Com embasamento nas questões discorridas neste texto, podemos fazer uma avaliação de nossas ações educativas, seja como educadores ou como sujeitos da história envolvidos na educação como ato político. Assim, nos indagamos, se queremos uma educação que sirva somente para instrumentalizar ao mercado de trabalho ou cabeças pensantes, com senso crítico que reflitam sobre sua situação social e do país? É notório perceber então, a educação

como instrumento de inclusão social, que trás mudança na vida das pessoas, independente de classe social e idade. Instrução pode não acabar com todos os problemas, mas é um meio pela qual, podemos reescrever nossa própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania.** São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, abril 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** 7 ed. Rio de Janeiro: Revan: Brasília. Ed. UNB, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20 de dezembro de 1996.

Campanha de Pé no Chão se aprende a ler. Disponível em: <www.forumeja.org.br>. Data de acesso 15 de Fevereiro de 2017.

Congresso Nacional. **Decreto nº 5.478.** Instituição do Proeja. Brasília, 24 de junho de 2005.

Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, maio 2000.

Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. — Brasília : UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação.** 6. ed. Rio de Janeiro: Decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968. Institui a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização.

EJA no Brasil. Disponível em: <www.pedagogiaaopedaletra.com.br>. Data de acesso em 15 de Fevereiro de 2017.

Estudos Universitários, revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco. v.24/25. n.5/6 p. 1-78. Dez 2004/2005. Disponível em: <www.ufpe.br/proexc/images/documentos/revista/revista_estudos_universitarios.pdf>. Data de acesso 20 de janeiro de 2017.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FAVERO, Osmar. **Citação de referência e documentos eletrônicos**. Disponível em:< http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/osmar_favero.htm>. Data de acesso 09 janeiro de 2017.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006. Disponível em:< <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/ofintegral.pdf> >. Data de acesso 12 de janeiro de 2017.

FERREIRA, Jorge. **Citação de referência e documentos eletrônicos**. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882004000100008&1>. Data de acesso 12 de janeiro de 2017.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1989a.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**; em Três artigos que se completam. 23. ed. Editora. São Paulo: Cortês, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007,30 edição.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 26º Ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 17o edição.

Góes, Moacir de. Luiz Antonio. Voz Ativa. In: CUNHA, Luiz Antonio (org), GÓES, Moacir de (org) 11º ed. **O Golpe na Educação**. Ed. Jorge Zahar, 2002.

GOÉS, Moacir de. **De pé no chão também se aprende a ler. Educação e transformação vol. 3 – Uma escola democrática**, Educação em questão, v 21, n7, p.217-229, set/dez 2004 1961-1964.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000, no 714, p. 108-130. Disponível em:<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14_08_sergio_haddad_e_maria_clara_di_pierro.pdf>. Data de acesso 12 de janeiro de 2017.

HOLLANDA, Heloísa B. de; GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.Jorge Zahar Editor, 1989.

Instituto Paulo Freire. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 6. ed. São Paulo: 2003.

Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização funcional continuada a adolescentes e adultos**.

Nota do Organizador. **Reproduzido do Memorial do MCP- Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife**. 1986, p. 13-18. Disponível em:<www.docplayer.com.br>. Data de acesso em 19 de janeiro de 2017.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 24º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIANNA, Hebert. **Mobral**. 1992, Álbum: Ê Batumaré.